

TÍTULO: As famílias mineiras e os universos da nobreza e da cidadania: a configuração de territorialidades no Primeiro Reinado

AUTORA: PATRÍCIA FALCO GENOVEZ (Doutora – UFF)

FILIAÇÃO: UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE

RESUMO: A temática envolvendo a nobreza mineira no Primeiro Reinado e as redes de poder que a tangenciavam exige, em primeiro lugar, uma discussão acerca da cultura política da sociedade monárquica. Assim, para tratarmos desse universo faz-se necessário pensarmos na cidadania e na forma como este conceito era vivenciado no cerne da sociedade monarquista. Será, portanto a partir desses pressupostos que teremos um ponto de partida para a compreensão do sentido das redes sociais e do valor simbólico que elas imprimiam na sociedade oitocentista e como configuraram suas territorialidades.

PALAVRAS-CHAVE: Família, nobreza, cidadania, territorialidade, Primeiro Reinado

ÁREA: História Econômica e Demografia Histórica – Família e Cotidiano nos séculos XVIII e XIX

As famílias mineiras e os universos da nobreza e da cidadania: a configuração de territorialidades no Primeiro Reinado¹

A temática envolvendo a nobreza mineira no Primeiro Reinado e as redes de poder que a tangenciavam exige, em primeiro lugar, uma discussão acerca da cultura política da sociedade monárquica. Assim, para tratarmos desse universo faz-se necessário pensarmos na cidadania e na forma como este conceito era vivenciado no cerne da sociedade monarquista. Será, portanto a partir desses pressupostos que teremos um ponto de partida para a compreensão do sentido das redes sociais e do valor simbólico que elas imprimiam na sociedade oitocentista e como configuraram suas territorialidades. É importante, portanto, verificar a idéia de cidadania e de privilégios que nos foram legados pelo Antigo Regime português.

1) Privilégios e práticas de cidadania legados pelo Antigo Regime Português

O modo como a humanidade sinaliza o tipo de relação de poder, como são mantidas, se vinculam política e economicamente nos direciona para uma abordagem Histórica com fortes matizes antropológicos. A mera historicidade do objeto não revela toda a sua riqueza, nesse sentido, a Antropologia auxilia na compreensão do significado dessas relações para os atores em destaque neste ensaio. Assim, a compreensão dos títulos, da cultura política e até da prática da cidadania ganham uma dimensão fantástica e sedutora.

Pela nossa matriz portuguesa, a idéia de privilégios vem de longa data e nos chama a atenção para a ligação estabelecida entre privilégio e cidadania pelo Dicionário Bibliográfico de Inocêncio de Oliveira, reeditado em 1878, que regulava a permissão para uso de trajes de seda, proibidos pela legislação específica, referente à repressão ao luxo. Através desta coletânea, é possível observar sentenças referentes aos privilégios dos cidadãos da cidade do Porto. Assim, ser cidadão do Porto era algo que cabia apenas às famílias que tinham algum trânsito em cargos municipais. Esses eram cargos que já se encontravam vinculados a certas famílias que, de longa data, detinham o monopólio dos mesmos. Não era, portanto, um privilégio extensivo a toda a classe mas encontrava-se relacionado a uma espécie de grupo identificados, por Castro, como *burgueses distintos*.² No Brasil, a sociedade monárquica estabeleceu fardas e elas denotavam o prestígio e lugar social de cada um e se constituíram em emblemas visuais importantes nos momentos de grande cerimonial, como nos cortejo, informando, didaticamente, à sociedade,

¹ Este ensaio apresenta parcialmente os resultados de um projeto de pesquisa com bolsistas financiados pela FAPEMIG.

² CASTRO, Armando de. **Privilégios dos cidadãos da cidade do Porto**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987. p. XXXI.

rememorando cotidiana e quase que permanentemente a forma de ser e os lugares de cada um no interior das hierarquias sociais então vigentes.

A interpretação da defesa dos privilégios dos *burgueses distintos* pode nos revelar uma espécie de anestesia social, empreendida no Antigo Regime português. As concessões de mercês, sem conteúdo econômico ou político, restringiram a dominação da aristocracia senhorial laica e religiosa, sem contudo, restringir o domínio da fidalguia. Além disso, apresentavam um alcance respeitável no simbolismo social, dada as suas características específicas - estar a serviço de uma rígida hierarquia de classes e de camadas funcionais - e sua rigidez é mantida “com o recurso a uma pressão coativa juridicamente” definida pelo Estado.³

Mas, voltando às reelaborações, as virtudes, nesta sociedade, relacionam-se com o sentimento de dignidade de cada indivíduo, assim como o mérito pessoal⁴, o que nos lança de volta à uma noção de cidadania, na qual os discursos e práticas são compreendidos dentro de uma cadeia relacional⁵. Assim, o sentimento de dignidade e de *status* de cada indivíduo encontra sua expressão, sentido e representação dentro de uma hierarquia social, cujo simbolismo é informado por valores monárquicos como a virtude, honra e tradição.

No Brasil, podemos perceber que tais releituras, em alguns casos, debruçaram-se sobre a tradição já apreendida ao longo do período colonial. Para se ter uma idéia, a questão da concessão de graças, definida pela Constituição, manteve o molde português. Dizia o Deputado Antônio Carlos, em 1841, que “como nós não éramos senão uma porção do povo português que se separou, ficou evidente a mesma legislação a tal respeito. Os reis concediam títulos, o mesmo ficou estabelecido, e sabendo-se quais eram esses títulos desde barão até duque, ficaram os mesmos; era pois uma coisa sabida, nenhuma precisão havia de mexer nela”.⁶

Contudo, devemos dar a atenção devida tanto na perspectiva quanto nos resultados práticos que tais noções, elaboradas a partir da tradição portuguesa colonial, tiveram ao longo do Primeiro Reinado. Embora seja importante ressaltar que a continuidade dessas práticas do Antigo Regime português, no interior da monarquia, convivia com uma permanente tensão em relação à descontinuidade cultural, política, econômica e social. Essa descontinuidade, foi introduzida pela nova monarquia constitucional que, de diferentes modos, dizia respeito a novos elementos definidores da participação política no Brasil oitocentista que, de modo gradual, mas progressivo, desembocavam em um questionamento da concessão da graça pelo imperador. Todo o processo não foi simplesmente aceito sem maiores debates ou embates. Na Câmara dos Deputados estabeleceu-se um longo debate a respeito da concessão de graças. Para alguns deputados, tratava-se de uma das principais atribuições do Imperador, na qualidade de Chefe do Poder

³ Id. Ibid. p. XXXVII e XXXIX.

⁴ HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. p. 9.

⁵ WEINSTEIN, Barbara. A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da nova história social à nova história cultural. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.

⁶ CUNHA, Rui Vieira da. **Figuras e fatos da nobreza brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975. p. 170.

Executivo, de acordo com a Constituição, Art. 102, I. 11.⁷ O próprio corpo legislativo da Câmara dos Deputados gozava de privilégios individualizadores com a concessão da mercê do Tratamento de Senhoria, contudo, encontrava-se “inferior” ao corpo do Senado, dando origem a uma certa insatisfação dos primeiros.⁸ A deferência dos Senadores, que possuíam o título de Excelência, os colocava acima dos deputados e criava um problema com relação ao tratamento devido aos ministros e aos membros do Supremo Tribunal de Justiça e outros. Sendo assim, possuíam apenas um dos predicados da grandeza, dado ao cargo exercido. Tal honra era dedicada apenas aos duques, condes, suas viúvas e filhos, arcebispos, bispos, conforme o legado português. A questão da titulação era algo tão séria que um camarista do Paço, por ser considerado como conde, declinou da honra de um título de barão, por considerar um rebaixamento em sua posição social.⁹

A tensão social latente entre deputados e senadores, em virtude dos tratamentos diferenciados, ganhava, continuamente, um novo realce, entrelaçando a honra e a política. O Deputado Marinho, por exemplo, chegou a advertir, em 27 de julho de 1841, que esta diferença de honras entre as duas casas legislativas “rompe a igualdade constitucional, atribui precedência aos senadores, conforme a etiqueta da Corte, e cria esta nova e perigosa aristocracia”.¹⁰ Esta aristocracia guardava os mesmos traços dos proprietários incorruptíveis definidos por Benjamin Constant. No discurso de Cândido de Brito, a aristocracia é vista vinculada à educação e à virtude: “Os merecimentos não vêm senão com a educação, e aquele que mais meios tem para educar seus filhos melhor educação lhes dá; nós vemos que o nobre rico é afável, humano e conhecedor dos seus deveres para com os inferiores”.¹¹

Mas a discussão sobre a definição de tratamento entre as casas do legislativo não era a única em pauta; essa leitura e interpretação da tradição portuguesa, também, se faziam presentes na discussão da qualificação da nobreza. Para alguns deputados, tratava-se de uma moeda preciosa da monarquia; para outros, em termos estatísticos, poderiam se tornar nobres “mais de dois terços talvez dos cidadãos ativos do nosso país”¹², de acordo com a tradição prevalecente no período colonial. Mas, o cálculo simbólico das concessões deveria levar em conta a desvalorização da titulação em massa, denotando a tensão que havia em torno da economia de distribuição de tais formas de tratamento.¹³

Ora, toda esta complexa teia hierárquica envolvia conceitos que pudessem definir o mais nitidamente possível o que era ser nobre no Brasil, bem como, o lugar de cada um deles na complexa hierarquia social então prevalecente. Assim, o modo de vida nobre requeria a busca do mais alto e

⁷ Constituição Política do Império do Brasil. Artigo 102.

⁸ CUNHA, Rui Vieira da. Op. Cit., p. 27. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1941, p. 37.

⁹ CUNHA, Rui Vieira da. Op. Cit., p. 47, 48 e 175.

¹⁰ Id. Ibid. p. 177.

¹¹ Id. Ibid. p. 178.

¹² Id. Ibid. p. 183. A classe de cidadãos que poderia aspirar às prerrogativas da nobreza compreendia: Oficiais, condecorados, graduados acadêmicos e outros; finalmente, os que, não exercendo ofícios mecânicos, podem ter armas, e sustentar um cavalo.

¹³ ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

puro ideal pautado no combate em prol de todas as honras, concretizadas através das boas obras. Mas esse combate só seria válido e respeitado como tal se fosse travado num dado contexto cultural, permeado de um *ethos* peculiar, cristalizado pela moral e pelo sentimento do dever. “*Locus et tempus* são as coordenadas inarredáveis para situar-se um esquema de viver nobremente, que, na Civilização Ocidental, gira em torno de uma elaborada concepção de honra”.¹⁴

Na perspectiva de José da Silva Lisboa fica claro a necessidade do cumprimento cívico, maneira pela qual um nobre poderia enxergar a si mesmo como cidadão, vinculado às virtudes, honras e tradições características de sua condição; visão que também o ligava à uma mentalidade que, em alguma medida, se nutriu dos padrões de uma sociedade orgânica sempre voltada para o bem comum, à moda portuguesa, personificado no Estado monárquico.

Há, portanto, que se pensar as concessões numa perspectiva de formação de um mercado, dentro do qual as relações de prestígio se configuraram e se estabeleceram numa economia política de privilégios, responsável pela distribuição de mercês que, por sua vez, reforçaram a sujeição e o sentido de pertença.¹⁵ Pensar tal estrutura, de acordo com os dados que foram expostos até o momento, demanda uma lógica mais abrangente que envolve desde a concretização de uma carreira política bem sucedida, oriunda de um cálculo preciso de virtudes e situações - abrangendo o nascimento, a cultura e as redes de amizade -, até o sentido de pertença a uma família influente.¹⁶

É evidente que essa característica não ocorreu única e, exclusivamente, em Minas. Esse dado, intensificado entre os mineiros, acarretou uma distinção em relação à concentração do poder na Bahia, por exemplo, assim como, também, mostra que, de posse dessa particularidade, parte significativa da sociedade mineira trazia, em seu âmago, uma forte necessidade de demonstrar, publicamente, a honra e a tradição, tal como ocorria em outras partes do Brasil. O que torna o caso de Minas significativo é que tais elementos emprestavam a certas famílias extensas o sentimento de pertença a um determinado grupo privilegiado, abrindo espaço para novas ligações e trocas e estas práticas acabaram por delinear um significado de imensa importância a tais distinções nesta província.¹⁷ Nesse sentido, é importante lembrar que o homem honrado, a partir das características ainda latentes do Antigo Regime português, é aquele que, de maneira constante e habitual, “procura alcançar a estima, boa opinião, e louvor dos outros homens, e trabalha por merecer, e não só cumprindo exatamente todos os seus deveres, mas também aspirando ao primor da virtude pela prática das ações, que procedem do ânimo nobre e

¹⁴ CUNHA, Rui Vieira da. Op. Cit., p. 53 e 54.

¹⁵ FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda Batista. Bases da Materialidade e da governabilidade no Império: uma leitura do Brasil colonial. **Penélope**, Lisboa, 2000.

¹⁶ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997; CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit.; LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. A escalada política no 2º Reinado: a análise de algumas lideranças. **História**, São Paulo, 5/6:47-60, 1986/87. p. 48.

¹⁷ GENOVEZ, Patrícia Falco. **O espelho da monarquia: Minas e a Coroa no Segundo Reinado**. Juiz de Fora: ClioEdel, 2003. p. 406 e 407.

generoso”.¹⁸ Esse sentimento de dignidade e merecimento nasce de um “bem entendido amor de nós mesmos, [que] nos leva diretamente à virtude e às ações generosas, como único meio de alcançarmos a estima...”.¹⁹ Por sua vez, as ações generosas que visam à estima dos outros dão origem ao sentimento de decoro que leva o indivíduo a observar aquilo que é decente, conveniente e agradável aos demais, principalmente em relação às atitudes que não estão regidas por lei. A partir destes princípios, “a dignidade nasce da justa idéia, que fazemos da nobreza do nosso ser, e da graduação do lugar, ou dos empregos, que ocupamos na ordem social”.²⁰ Portanto, o homem honrado é aquele que age com decoro e dignidade, cujas atitudes são guiadas no sentido de obter a estima dos outros, tendo em vista que observa tudo aquilo que possa contribuir para com os demais membros da sociedade. E, de forma complementar, também, é aquele que reconhece o valor da graduação de seu lugar, retomando os moldes de uma sociedade hierárquica e o sentido do cerimonial da monarquia brasileira.

Tal fato se torna evidente quando verificamos que havia sempre um agraciado – seja com títulos nobiliárquicos ou comendas, as mais variadas – em cada um dessas famílias mineiras. Algumas famílias contavam com uma grande margem de manobra dentro do mercado de oferta e procura dos agraciamentos estabelecidos entre elas, exteriorizando o apreço e o reconhecimento público, apresentando um número elevado de agraciados. Contudo, dada a extensa parentela que envolvia cada um desses agraciados, a proposta de pesquisa exposta nesse projeto vem contribuir no sentido de facilitar a visualização das redes e, concomitantemente, compreender de que forma elas se estabeleceram suas estratégias de domínio (territorialidades).

2) As articulações entre o político, o cultural e as redes sociais

Traçar as estratégias de relações sociais e de poder de um grupo, como é o caso, exige um esforço que suscita algumas questões importantes: primeiro, a articulação entre os campos do político e do cultural e sua contribuição na historiografia mineira; segundo, o sentido de se trabalhar biografias coletivas e, terceiro, a melhor forma de estruturar e visualizar tais dados.

Inúmeras são as contribuições que a história cultural pode oferecer à chamada “nova” história política, tanto no sentido de uma maior abertura de objetos quanto de metodologia, o que já foi tema de inúmeros trabalhos historiográficos. O rito e a sociabilidade podem contribuir enquanto metodologias que permitem observar as relações de poder dentro e fora do aparelho do Estado. Estes se configuram em peças fundamentais para uma análise política, visto que se comportam como elementos chave para a

¹⁸ SILVA, Antônio Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 6 ed., Rio de Janeiro/Lisboa, S/ed., 1858. p. 119.

¹⁹ SILVA, Antônio Moraes. Op. Cit., p. 119.

²⁰ Id. Ibid. p. 119. SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 209.

definição da forma e do padrão característico das relações de poder.²¹

Nesse sentido, o estudo dos signos sugeridos por Roger Chartier vem compor a preocupação com o cerimonial, pois permite “(...) apreender, no campo da prática, a eficácia simbólica do Estado”.²² Esta simbiose entre cultura e política é vista por Marieta Ferreira como uma chave: “ela [a cultura] introduz a diversidade, o social, os ritos, símbolos, lá onde se acredita que reina o partido, a instituição, o imutável”.²³

A sociologia compreensiva de Weber é a proposta de uma ciência da realidade. O autor deixa clara sua intenção ao anunciar: “queremos compreender em sua especificidade a realidade da vida que nos rodeia e na qual nós encontramos a conexão e a significação cultural de suas diversas manifestações em sua configuração atual, de um lado, e as razões que fizeram com que historicamente ela se desenvolvesse sob esta forma e não sob outra, de outro lado.”²⁴ Nessa perspectiva a ação social desenhada por Weber é uma modalidade específica de conduta à qual o próprio agente associa um sentido, objetivamente visado pelo agente e que se manifesta em ações concretas, fundamentadas por um motivo. O vínculo motivacional fornece uma dimensão processual à ação social ao invés de analisá-la como ato isolado, com uma seqüência definida de elos significativos, formando o que o autor identifica como uma ‘cadeia motivacional’. Para além do conceito de ação social, Weber propõe um desdobramento no intuito de avançar para além do individual; o conceito de relação social. Este último conceito se refere “à conduta de múltiplos agentes que se orientam reciprocamente em conformidade com um conteúdo específico do próprio sentido das suas ações”.²⁵ A diferença básica entre eles está no fato de que no primeiro a conduta é orientada significativamente pela conduta de outro(s) enquanto no segundo, a conduta de cada agente é orientada por um sentido reciprocamente partilhado.

Por outro lado, a sociologia cultural de Weber, voltada para a compreensão interpretativa da ação social, pode nos fornecer outros subsídios. A tentativa de apreender a “relação social” que envolve múltiplos agentes assume, na proposta weberiana, um caráter peculiar: o sentido, incorporado pelos agentes, concede a validade a uma determinada *ordem legítima*. O conceito de *ordem legítima* é uma contribuição importante de Weber porque traz a possibilidade de abordar, de forma ampla, os vários sentidos das relações sociais abrangendo o Estado, como também a Igreja e outros conceitos de referência coletiva.²⁶ Além disso, ao chamar a atenção para as ciências da cultura, Weber confere mais espaço para seu valor simbólico e significativo.

Uma postura, também defendida por Marshall Sahlins, é a que busca recuperar o aspecto simbólico da cultura. Este autor, ao formular sua crítica a algumas correntes antropológicas que compartilham da idéia de que as

²¹ CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Lisboa: Difel, 1990. p. 217.

²² Id. *Ibid.*, p. 221.

²³ FERREIRA, Marieta. “A nova ‘velha história’”. In: **Estudos Históricos**. n. 10, 1992. p. 267.

²⁴ TUBINGER, J.C.B; MOHR, P.S. **Gesammelle Aufsätze Zur Wissenschaftslehre**, 1968. p. 170-171 apud COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. **Max Weber e a História**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 26.

²⁵ COHN, Gabriel (org). **Max Weber**. São Paulo : Ática, 1991. p. 26 a 30.

²⁶ Id. *Ibid.* p. 30.

culturas humanas “são formuladas a partir da atividade prática e, mais fundamentalmente ainda, a partir do interesse utilitário”²⁷, apresenta uma outra razão para as mesmas: a simbólica ou significativa. Seu argumento é o de que a cultura pode “conformar-se às pressões materiais de acordo com um esquema simbólico definido, que nunca é o único possível”. Por isso, é a cultura que constitui a utilidade.²⁸ É importante ressaltar que a escassez de trabalhos relacionados à história cultural e a temas como rito tem sido alvo da historiografia nos últimos anos mas as produções relativas a sociabilidade e poder atreladas à história política e cultural de Minas Gerais, durante o Primeiro Reinado ainda deixa a desejar.

É, portanto, a partir da junção entre história política, história cultural, sociologia relacional e antropologia que propomos focalizar as relações sociais e de poder perceptíveis a partir do grupo de nobres titulados durante o Primeiro Reinado, abrangendo tanto os espaços de trânsito das famílias mais tradicionais e como os espaços daquelas famílias vinculadas à nobreza. Este é um fenômeno que não pode ser estudado sem as práticas culturais que o envolve, tendo em vista sua capacidade de conferir à realidade um sentido que lhe é próprio. Tais representações “são também instrumentos para a intervenção humana no real, na medida em que (...) podem informar a ação, propondo caminhos e possibilitando estratégias”.²⁹

Quanto ao segundo aspecto, a pertinência do estudo de biografias coletivas (**prosopography**) teve seu início nos Estados Unidos e na Inglaterra ainda nas décadas de 1920 e 1930 mas, foi o trabalho de Lawrence Stone, em 1971, que situou esse gênero histórico, abrindo novas perspectivas de pesquisa. De acordo com Stone, “prosopografia é a investigação das características básicas comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento, morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional, etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinados por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação.”³⁰

Indubitavelmente, a contribuição das ciências sociais foi fundamental para o desenvolvimento da prosopografia, especialmente no que diz respeito aos métodos quantitativos e estatísticos, especialmente, as enquetes de opinião e aquelas baseadas em conjuntos uniformes de questões aplicadas a grupos sociais pré-selecionados. Contudo, apesar das contribuições, os trabalhos precursores de historiadores americanos e ingleses se voltaram para a ação política, numa concepção claramente hobbesiana em virtude da ótica dos documentos analisados. Em outras palavras, a ação política, nessa perspectiva, encobriria, em última instância, profundos interesses pessoais e de grupos.

²⁷ SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 8

²⁸ Id. Ibid., p. 9.

²⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “A história política e o conceito de cultura política”. **X Encontro Regional de História da ANPUH-MG**, 1996. Mimeo. p. 4.

³⁰ STONE, Lawrence. Prosopography. **Daedalus**, Winter, 1971.

Um exercício prosopográfico mais contemporâneo que merece destaque é a obra de Peter Burke ***Veneza e Amsterdã: um estudo das elites no século XVII***. A obra é proposta como um ensaio de história social comparada e coloca o desafio aos novos historiadores em tentarem combinar a atenção ao detalhe e o interesse por mudanças ao longo do tempo. De qualquer forma, Burke nos fornece elementos importantes que nos auxilia a pensar as noções básicas sobre elite, poder e riqueza. Partindo de Pareto, Mills e Dahl, Burke inicia seu estudo analisando “a imbricação entre homens de riqueza, homens de status e homens de poder. De Pareto, podem-se tomar emprestado os conceitos de sistema social e função social. O exemplo de Dahl também sugeriu que a pesquisa sobre as elites talvez fosse mais viável, se, em lugar de uma nação, se tomasse uma cidade como o foco da atenção.”³¹ Outra contribuição de Burke está nas limitações e armadilhas de um estudo envolvendo biografias coletivas. O primeiro deles é a própria identificação das elites, definindo os grupos de status, poder e riqueza, e em que medida estamos diante de uma sociedade de estamentos ou de classes. No caso em foco, o status era conferido de acordo com a tradição das famílias, o poder era identificado a partir dos cargos ocupados e, neste caso, não se pode perder de vista os líderes latentes, as eminências pardas que detinham mais poder do que aquele garantido pelos seus cargos. A riqueza podia ser atribuída conforme a posse de terras.

Como se pode perceber, várias noções tratadas por Burke podem nos ser úteis para o estudo da sociedade mineira oitocentista. Podemos partir da mesma noção de elite, mas teremos que contextualizar os valores e os significados intrínsecos às noções de poder, riqueza e status, especialmente no que se refere a moeda de troca da monarquia (comendas e títulos nobiliárquicos), conforme já esboçado na introdução. Daí a importância do projeto, uma vez que ele objetiva estabelecer e visualizar as estratégias que permearam as relações sociais e de poder entre um grupo reduzido de nobres mineiros, titulados ao longo do Primeiro Reinado. Contudo, muito embora Burke não tenha se aproximado de uma outra metodologia que permitiria visualizar em melhor estilo as ligações, ramificações e estratégias traçadas entre as elites de Veneza e Amsterdã, consideramos fundamental, embora desafiador, utilizar, mesmo que de forma introdutória alguns recursos da metodologia de Análise de Redes Sociais.

Pensar no diálogo entre a História e a metodologia de Análise de Redes Sociais exige uma certa dose de ousadia. A historiografia brasileira ainda se mostra alheia a essa metodologia, embora inúmeros trabalhos tratem da problemática envolvendo o relacionamento de diversos atores sociais numa estrutura bastante semelhante àquela sugerida pela Análise de Redes Sociais. É, portanto, nesse sentido, que vislumbramos uma possibilidade de estudos afins, propondo o uso da metodologia em objetos, inicialmente, bastante recortados e que possibilitem uma melhor sistematização e visualização das relações e engrenagens de troca dos atores sociais em questão, conforme será exposto na caracterização do problema.

Para esse exercício inicial, partiremos de um autor clássico e que pode nos oferecer noções básicas para alcançar nossos objetivos. De acordo com

³¹ BURKE, Peter. ***Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII***. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 18 e 19.

Hanneman, a Análise de Redes Sociais se distingue da análise sociológica convencional porque esta última se concentra em atores descritos pelo atributo enquanto a primeira se caracteriza pela descrição dos atores a partir de suas relações.³² Essas relações que podem ser de poder e de sentido simbólico variado têm se tornado objeto cada vez mais freqüente nos estudos históricos pautados no campo do cultural e do político. Entretanto, nem a História Política e nem mesmo a História Cultural possuem atributos metodológicos capazes de sistematizar e dar uma melhor visualização das complexas redes que se concretizam historicamente em determinados contextos, sejam eles dentro do Estado ou fora dele, como é o caso do objeto em questão. E, podemos completar o raciocínio, dizendo que nem mesmo os estudo prosopográficos fornecem esses elementos, apesar de contribuírem na metodologia de coleta e de sistematização dos dados.

Nesse sentido, o estudo clássico e bastante didático de Hanneman, coloca o analista de redes frente a pessoas imersas em redes de relações diretas com outras pessoas. Do ponto de vista histórico essas redes podem se constituir em redes familiares, de compadrio, políticas, de sociabilidade, de favores, econômicas e outras de acordo com a complexidade social. Em função desta complexidade, Hanneman parte do pressuposto que “qualquer conjunto de atores pode estar conectado com diferentes tipos de laços e relações”, o que facilita um diálogo com as propostas das análises da História Política, da História Cultural e da Prosopografia no que se refere aos seus objetos por excelência: o poder, o rito, a sociabilidade e as relações que envolvam sentido simbólico cruzando diversos âmbitos da sociedade e da mentalidade de uma época.

De acordo com os apontamentos de Hanneman, a perspectiva de redes tem contribuído para a compreensão do poder social. A aproximação das redes sociais enfatiza que o poder é inerentemente relacional porque o indivíduo não tem poder abstratamente mas o tem porque pode dominar outros. Portanto, o poder se caracteriza por suas qualidades sistêmicas (macro) e relacional (micro), complementando as noções já postas por Burke.³³ É exatamente essa propriedade de conciliar as perspectivas macro e micro que auxilia e empresta melhor estilo aos estudos históricos voltados para o poder e suas relações.

Para o autor em questão, as redes sociais podem ser dimensionadas a partir de diferentes estratégias, como apresentadas a seguir. O método de redes completas pode reproduzir uma fotografia completa das relações de uma determinada população. O método da “bola de neve” focaliza inicialmente um ator ou conjunto de atores com todas as suas relações e segue buscando as relações de cada um dos atores descritos nas relações anteriores. A rede egocêntrica é um enfoque alternativo e inicia-se com uma seleção dos atores focais para, num segundo momento, identificar os demais atores com os quais estão conectados. Em sua modalidade individual, a rede egocêntrica se concentra mais sobre um indivíduo e não na rede como um todo. Por outro lado, além da estratégia adequada, Hanneman ressalta a importância de uma descrição completa e rigorosa da estrutura das relações de uma rede social,

³² HANNEMAN, R. A. **Introducción a los métodos del análisis de redes sociales.** Disponível no site: <http://wizard.ucr.edu/~rhannema/networks/text/textlindex.html>, consultado em Março de 2005.

³³ Id. Ibid. Capítulo VI.

definindo escalas de valores que reflitam o grau de intensidade, proporcionando uma espécie de ranking das relações a serem analisadas.³⁴

Todos os dados coletados de acordo com os procedimentos da Prosopografia e da Análise de Redes Sociais podem indicar territorialmente a ocorrência de estratégias de poder. Esta perspectiva encontra precedente nos trabalhos do historiador português Antonio Manuel Hespanha que efetua uma “arqueologia do poder”, mostrando através de mapas a reconstrução do traçado dos limites das terras e circunscrições dos conselhos régios do Antigo Regime português.³⁵ Ao falar dos condicionamentos estruturais do poder político, Hespanha nos fornece elementos importantes para a articulação imbricada entre o homem e o meio uma vez que “não sendo a distribuição do poder político algo que se opere por mera força das idéias ou das vontades, ela é condicionada por circunstâncias, as mais das vezes ligadas às condições materiais da produção do poder. Circunstâncias que limitam objetivamente o jogo político ou definem molduras ou cenários para a ação política.”³⁶ Portanto, conforme revela o autor, “o sentido investido no espaço passa (...) a conformar a mentalidade social e a participar, com outros aparelhos culturais, num trabalho de inculcação ideológica, nomeadamente na difusão dos valores sociais e políticos dominantes e na constituição duma certa imagem da ordem social.”³⁷ Em outras palavras, quando a história se remete ao político ou ao administrativo há que se levarem em consideração as relações entre o poder e o espaço, buscando, portanto, a realidade histórica de ambos.

Na perspectiva de Claude Raffestin o “espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço.”³⁸ Nesse sentido, de acordo com Raffestin, a cartografia moderna foi um importante instrumento de poder e do “Poder”, contribuindo para modelar os comportamentos do poder. Dentro dessa abordagem, “o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação”.³⁹ Assim, toda prática espacial, na visão de Raffestin, se configura, mesmo que de modo embrionário, numa prática induzida por um sistema de ações ou de comportamentos, dando origem ao que o autor denomina “produção territorial”.

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz

³⁴ Id. Ibid. Capítulo I e II.

³⁵ HESPANHA, Antônio Manuel. **As vésperas do Leviathan**. Instituições e poder político – Portugal século XVII.

³⁶ Id. Ibid. p. 61.

³⁷ Id. Ibid. p. 87.

³⁸ RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 143.

³⁹ Id. Ibid. p. 147.

a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações.⁴⁰

Com uma perspectiva de território que supera a instância estatal, como proposto por Raffestin, Rogério Haesbaert propõe uma perspectiva de território com três vertentes básicas: 1) *jurídico-política*, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) *cultural(ista)*, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) *econômica*, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”.⁴¹ E, nos permite pensar na ocorrência de uma multiterritorialidade, com diferentes territorialidades se sobrepondo.

Por outro lado, Manuel Correia de Andrade retrata o conceito de território numa perspectiva remontando a de Raffestin. Para Andrade, “o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19).⁴² Nota-se que o território pode ser entendido como o controle administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico, efetivo, do espaço ou de uma região.

As perspectivas acima expostas demonstram a importância em se refletir sobre a configuração de redes de pessoas que exercem determinado poder, dando significado a certo espaço que se transforma em um território, dentro do qual se desenvolvem múltiplas territorialidades (estratégias de domínio de um grupo sobre outro). Portanto, a relação entre a dimensão territorial, a Análise de Redes Sociais e História Antropológica que confere sentido aos grupos sociais pode contribuir em grande medida para jogar novas luzes na historiografia existente referente ao mando local e provincial do poder em Minas, no Primeiro Reinado, além de representar um rico exercício metodológico, congregando distintas áreas de conhecimento.

⁴⁰ Id. Ibid. p. 151.

⁴¹ HAESPAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade (2a. edição revista). 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2004. p. 18.

⁴² ANDRADE, Manoel Correia de O. **A questão do Território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 19.

3) A nobreza mineira numa perspectiva territorial: famílias tradicionais e a configuração de territorialidades

As possibilidades de pesquisa apontadas pelo campo do cultural e do político e as inserções viáveis da antropologia, sociologia e, mais especificamente e das análises de redes sociais podem ser testadas ao se buscar refletir sobre a rede social, que sustentou o grupo de nobres, titulados ao longo do Primeiro Reinado, e sobre a atuação política e simbólica destes núcleos de compadrio, em várias regiões de Minas. Esse recorte se configura num microcosmo nos quais as relações de poder e todos os sentidos simbólicos de troca entre os grupos podem trazer à luz características exemplares para desnudar a sociedade monárquica, no Brasil do século XIX.

Para um primeiro exercício circunscrito, propomos levantar elementos genealógicos de alguns dos integrantes do grupo de nobres mineiros titulados no Primeiro Reinado; indicar as conexões estabelecidas e as estratégias que permeavam as trocas de favores entre os vários núcleos identificados, apontando os possíveis vínculos estabelecidos entre os núcleos sediados em Minas e aqueles sediados em outras províncias do Império nos remete. Em outras palavras, esquadrihar as relações estabelecidas entre esses nobres exigirá uma flexibilização e uma adaptação das várias propostas teóricas.

Tomando por pressuposto a discussão sobre a questão do mercado, onde as relações de prestígio se configuraram e se estabeleceram numa economia política de privilégios, responsável pela distribuição de mercês que, por sua vez, reforçaram a sujeição e o sentido de pertença a uma determinada rede.⁴³

É evidente que as características relativas à configuração de redes familiares e de poder não ocorreram única e, exclusivamente, em Minas, mas tal ocorrência se tornou mais intensa entre os mineiros, acarretando uma distinção em relação à concentração do poder na Bahia, por exemplo, assim como, também, mostra que, de posse dessa particularidade, parte significativa da sociedade mineira trazia, em seu âmago, uma forte necessidade de demonstrar, publicamente, a honra e a tradição, tal como ocorria em outras partes do Brasil. O que torna o caso de Minas significativo é que tais elementos emprestavam a determinada rede o sentimento de pertença a um determinado grupo privilegiado, abrindo espaço para novas ligações e trocas, e estas práticas, acabaram por delinear um significado de imensa importância a tais distinções nesta província. Nesse sentido, é importante lembrar que o homem honrado, a partir das características ainda latentes do Antigo Regime português, é aquele que, de maneira constante e habitual, “procura alcançar a estima, boa opinião, e louvor dos outros homens, e trabalha por merecer, e não só cumprindo exatamente todos os seus deveres, mas também aspirando ao primor da virtude pela prática das ações, que procedem do ânimo nobre e generoso”.⁴⁴ Esse sentimento de dignidade e merecimento nasce, como já apontado anteriormente, de um “bem entendido amor de nós mesmos, [que] nos leva diretamente à virtude, e às ações generosas, como único meio de

⁴³ FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, BICALHO, Maria Fernanda Batista. Op. cit.

⁴⁴ SILVA, Antônio de Moraes. Op. Cit. Volume II, p. 148.

alcançarmos a estima, boa opinião, e louvor dos outros homens”.⁴⁵ Por sua vez, as ações generosas que visam à estima dos outros dão origem ao sentimento de decoro que leva o indivíduo a observar aquilo que é decente, conveniente e agradável aos demais, principalmente em relação às atitudes que não estão regidas por lei. A partir destes princípios, “a dignidade nasce da justa idéia, que fazemos da nobreza do nosso ser, e da graduação do lugar, ou dos empregos, que ocupamos na ordem social”.⁴⁶ Portanto, o homem honrado é aquele que age com decoro e dignidade, cujas atitudes são guiadas no sentido de obter a estima dos outros, tendo em vista que observa tudo aquilo que possa contribuir para com os demais membros da sociedade e, também, é aquele que reconhece o valor da graduação de seu lugar, conforme foi visto no item acima.

É no interior do relacionamento de troca de graças e de mercês exercitado entre essas famílias, cuja base de negociação não se restringe, apenas, a cargos administrativos, que temos que inserir o tema em questão. Apesar do grande número de redes familiares identificadas dentro da sociedade mineira, ao longo do século XIX, essa estratégia dos freqüentes laços parentais e de suas recorrentes incursões na política e na nobreza mineira evoca soluções diferenciadas por parte do governo central, no tocante ao controle dos potentados locais. Este sentimento inclusivo teve um papel significativo na domesticação do radicalismo da Província mineira e incentivou demonstrações claras de amor ao Imperador, onde as famílias buscavam se comportar como súditas fiéis e ordeiras, numa sociedade escravocrata. Se a domesticação dos espíritos mais radicais, nem sempre, passava pelas vias do treinamento burocrático ela, com certeza, ganhava novos contornos, através das graças, tornando a província mineira uma das mais contempladas. Aliás, os mineiros só perdem em número de titulações para o Rio de Janeiro – somado à Corte.⁴⁷ Realçamos que o radicalismo tanto denuncia uma identidade, e pode em parte ser remetido ao movimento da Conjuração Mineira, quanto denuncia também a formação, desde cedo, de traços de uma rede social com significação específica em Minas Gerais que se manifestou quando foi negada. Nesse aspecto, o movimento da Coroa frente ao radicalismo mineiro certamente pode ser lido como um modo menos custoso de ‘domesticar’ determinados grupos; em outras palavras, o movimento foi no sentido de torna-los ‘habitantes da casa (*domus*)’ Imperial.

Um olhar mais atento para os mineiros agraciados no Primeiro Reinado, revela grupo de nobres, dentre os quais podemos destacar: Pedro Dias Paes Leme, nascido em Ouro Preto, em 1786, agraciado por D. Pedro I com o título de Barão com grandeza de Quixeramobim, em 1825 e que, logo no ano seguinte, recebeu os títulos de Visconde e de Marquês de Quixeramobim; além disso, ocupava o cargo de Gentil-Homem da Casa Imperial, o que continuou a exercer no reinado de D. Pedro II. Seu filho, do mesmo nome, foi agraciado por D. João VI, com o título de Barão de São João Marcos, vindo a tornar-se Grande do Império, com as titulações efetuadas por D. Pedro I, de Barão e de

⁴⁵ Id. Ibid.

⁴⁶ Id. Ibid. No tocante ao Brasil colonial, Stuart Schwartz também propõe uma *sociedade de múltiplas hierarquias de honra e apreço* (...). Ver SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit., p. 209.

⁴⁷ RHEINGANTZ, Carlos G. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1960.

Marquês, em 1826. Os Paes Leme ocuparam vários cargos na Casa Imperial e possuíam laços de parentesco com os Furtado de Mendonça, os Caldeira Brant e os Mota Paes. Esses laços partiram, também, da localidade de Barbacena onde membros dessa família, desde o século XVIII, realizavam as obras referentes ao Caminho Novo, ligando a região aurífera à Corte.⁴⁸

Em relação aos Brant, o destaque era outro Grande do Império: Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, nascido em Mariana, em 1772, estabelecendo-se mais tarde, na Bahia; foi titulado Marquês de Barbacena, em 1826. Seu filho, Felisberto Caldeira Brant Pontes, nascido na Bahia, recebeu o título de Visconde com grandeza de Barbacena, em 1830. Outro membro desta família, Ildefonso de Oliveira Caldeira Brant, também nascido em Mariana, 1774, recebeu o título de Visconde com grandeza de Gericinó, em 1826, falecendo três anos mais tarde. Essas raízes familiares em Minas ligavam o Conde de Iguaçú, Pedro Caldeira Brant, nascido na Bahia, a partir do estabelecimento do Marquês de Barbacena. Aliás, essas ligações além de alcançarem a Bahia, também se estendiam pela Corte e se solidificavam no território mineiro através dos matrimônios com os Paes Leme, os Ribeiro de Almeida, os Leite Ribeiro e os Gomes Caldeira.⁴⁹

Esse primeiro círculo nobre que se formou em Minas tinha outras famílias de grande prestígio na província, como os Nogueira da Gama, entre os quais o primeiro agraciado foi Manoel Jacinto Nogueira da Gama, com o título de Visconde com grandeza de Baependi, em 1825 e, em 1826, Marquês do mesmo título. O Marquês de Baependi nasceu em São João Del Rei e, em 1765, representou Minas no Senado, em 1826. Tinha parentesco com o futuro Duque de Caxias e, além de estabelecer grande parentela, o Marquês de Baependi ligou-se aos Vale Amado e aos Carneiro Leão.⁵⁰

Outro importante nome da nobreza mineira do Primeiro Reinado foi Estêvão Ribeiro de Resende, 1º Barão com grandeza de Valença, em 1825 e 1º Conde, do mesmo nome, em 1826 quando se tornou Senador por Minas e São Paulo, ficando com este último cargo. Nascido no Arraial de Prados (nas proximidades de São João Del Rei), em 1777, o Conde de Valença ocupou vários cargos da magistratura e casou-se com uma das Damas de Honra da Imperatriz, Lídia Mafalda de Souza, nascido em São Paulo, filha do Fidalgo português Brigadeiro Luiz Antonio de Souza. Essa família estabeleceu vários laços familiares na província mineira.⁵¹

⁴⁸ SAVASSI, Amílcar. **Barbacena 200 anos**. Volume I. Belo Horizonte: Editora Leni S/A, 1991. p. 29 e 30.

⁴⁹ MOYA, Salvador de. **Anuário Genealógico Latino**. São Paulo: s/ed., 1939. Volume IX, p. 148. MOYA, Salvador de. **Anuário Genealógico Brasileiro**. Volumes I a VII. São Paulo: s/ed., 1939. Vol I, p. 195.

⁵⁰ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870**. Niterói, UFF, 1999. (Tese de Doutorado). p. 50. VELHO SOBRINHO, J. F. **Dicionário Bio-Biográfico Brasileiro**. Volume I. Rio de Janeiro: Gráfico Irmãos Pongetti, 1937. Volume II, p. 33. VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras (1884-1897)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. Volume I, p. 191 a 193. BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Volume VI, p. 104. MOYA, Salvador de. **Anuário Genealógico Brasileiro**. op. cit., Volume I, p. 85.

⁵¹ VALLADÃO, Alfredo. **Campanha da Princesa**. Volumes I a IV, S/I, Leuzinger S/A, 1937. p. 116. Arquivo Dormevilly Nóbrega – Pasta Nobiliarquia Mineira. Jornal do

João Severiano Maciel da Costa, nascido em Mariana, em 1769, recebeu suas titulações na mesma época que os demais, vindo a tornar-se Visconde com grandeza de Queluz, em 1825 e Marquês, em 1826. Como os demais, também foi Senador por Minas e participou de grupos maçônicos. Seu filho, João Tavares Maciel da Costa, ingressou no seletivo grupo de Grandes do Império, com o título de Visconde com grandeza de Queluz, em 1829 e estabeleceu ligações matrimoniais com a família Werneck, atuantes como serviçais da Casa Imperial.⁵²

João Gomes da Silveira Mendonça, nascido em São Miguel do Cajuru, na Zona da Mata, recebeu o título de Visconde com grandeza do Fanado, em 1825 e logo, em 1826, o título de 1º Marquês de Sabará, tão logo ingressou no Senado.⁵³ Trajetória semelhante foi realizada por José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, Barão de Caeté, em 1825 e Visconde com sua entrada no Senado, em 1826. Nascido em Sabará, em 1766, o Visconde era parente de Bernardo Pereira de Vasconcelos e de outros políticos mineiros de grande importância ao longo do Segundo Reinado, como: José Inácio Teixeira da Fonseca e Joaquim Camilo Teixeira da Mota, do qual era sogro.⁵⁴

Complementando o rol nobres das primeiras décadas do Império, Lucas Antônio Monteiro de Barros, nascido em Congonhas do Campo, em 1765, agraciado com os títulos de 1º Barão de Congonhas do Campo e, em 1826, Visconde do mesmo título. Os Monteiro de Barros estabeleceram laços com os Viriato Catão, os Nogueira Penido, os Vidal Leite Ribeiro, os Nogueira da Gama, os Miranda Ribeiro, além dos primos Monteiro de Castro e Monteiro da Silva.⁵⁵

Os demais agraciados no Primeiro Reinado, João Rodrigues Pereira de Almeida, João Batista Ferreira de Souza Coutinho e Manoel Inácio da Cunha Menezes completam o grupo selecionado para esta pesquisa. O primeiro, recebeu o título de Barão de Ubá, em 1828, como homenagem ao seu local de nascimento. Os Rodrigues Pereira, teve grande participação política na província, ao longo do Segundo Reinado, como já foi mostrado no item anterior. O segundo, falecido no final do Período Regencial, recebeu o título de 1º Barão de Catas Altas, em 1829. O último, titulado como 1º Visconde do Rio Vermelho, em 1830, era irmão do sacerdote Francisco Alves da Cunha Menezes, deputado provincial em Minas, em 1848. Essa família era oriunda da Bahia mas chegou a ter participação na política mineira.⁵⁶

Concluindo, como se pode observar, o grupo inicial que serviu de base para a nobreza mineira, em sua grande maioria, era constituído por nomes

Brasil 03/1956. MOYA, Salvador de. Op. cit., Volume III, p. 522. SILVEIRA, Victor (org.). **Minas Gerais em 1825**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. p. 420.

⁵² MOYA, Salvador de. Op. cit., Volume I, p. 165; Volume III, p. 297.

⁵³ VEIGA, José Pedro Xavier da. Op. cit., Volume III, p. 21. MOYA, Salvador de. Op. cit., Volume III, p. 339.

⁵⁴ GUIMARÃES, Jacinto e RIBEIRO, Coriolano Pinto. Op. cit., p. 250 e 251. SILVEIRA, Victor (org.). op. cit., p. 441. MOYA, Salvador de. Op. cit., Volume II, p. 103.

⁵⁵ BROTERO, Frederico de Barros. **Dona Joaquina do Pompéu**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. p. 66, 72, 98, 200 e 407. MOYA, Salvador de. Op. cit., Volume I, p. 172.

⁵⁶ MOYA, Salvador de. Op. cit., Volume III, p. 516.

respeitáveis e que já possuía reconhecimento tanto no âmbito do poder provincial como no nacional, haja visto que, vários deles foram nomeados senadores por D. Pedro I, em 1826. Além disso, essa primeira geração da nobreza mineira deu os contornos necessários para o jogo de prestígio que se estabeleceu, posteriormente, na província; ou seja, através dela, estabeleceram-se as principais ligações entre a província mineira, as províncias vizinhas (São Paulo e Bahia) e a Corte. Internamente, essa primeira geração estruturou e forneceu o capital simbólico necessário para as inúmeras deferências das quais se utilizaram os Monteiro de Barros, os Maciel, os Vasconcelos, os Brant, os Nogueira da Gama, os Coutinho e as várias ligações parentais estabelecidas entre eles e com outras famílias extensas que, gradativamente, foram surgindo no cenário político, econômico e social da província. Sem dúvida, foi uma primeira geração forjada no ouro não só dos brasões mas, fundamentalmente, das minas que se encontravam na região central da província.

Os dados levantados nos levam a pensar numa análise do território com bases mais amplas. A possibilidade de compreensão da ação social e da relação social nos permite uma melhor apreensão da conduta dos múltiplos agentes e dos significados que estes venham a ganhar. É necessário para tanto, estender a análise para a antropologia interpretativa de Geertz, inspirada em Weber, cuja cultura é compreendida como uma 'teia de significados'. Nas palavras do próprio autor, "acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado."⁵⁷

Ao pensarmos nas cadeias motivacionais weberianas e nas condicionantes estruturais do poder político propostas por Hespanha podemos perceber, mesmo que de forma indicativa, as molduras e cenários criados pelas famílias agraciadas em Minas, no Primeiro Reinado. Num vasto território como o da Província mineira procede-se a uma espécie de *encercamento* das famílias e estas passam a investir certo sentido ao espaço que ocupam, transformando-o em território recortado por territorialidades movediças que, por sua vez, também podiam se mostrar entrelaçadas ou arredias. De qualquer modo, esta conformação territorial emprestava à realidade uma imagem de ordem social em meio a uma Minas carente de domesticação por parte da Coroa. Cada uma dessas famílias territorializou seu espaço no centro da Província mineira e criou suas territorialidades (multiterritorialidades), impondo as mais variadas estratégias de domínio sobre os demais grupos sociais, especialmente, aqueles menos agraciados, gerindo uma grande massa de pessoas dentro e até fora de Minas. Nesse sentido, o mercado do amerceamento, com sua teia de significados, emprestava às relações sociais a cadeia motivacional na justa medida de uma nobreza em sua luta por um território composto de ouro, escravos, parentelas e agregados.

⁵⁷ GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 15.